

Fundo vai acabar com elitismo, diz ministro

Paulo Renato Souza afirma que aprovação de projeto em primeira votação na Câmara dos Deputados deverá apressar processo de municipalização do ensino

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse que a criação do fundo de financiamento para o 1º grau vai apressar o processo de municipalização do ensino. Com a nova sistemática, a redistribuição das verbas destinadas ao ensino fundamental será condicionada ao número de alunos existentes em cada município.

“O fundo vai acabar com o elitismo nos municípios que têm poucos alunos e, por esse motivo, supostamente aplicam mais do que o mínimo de R\$ 300 sugerido pelo governo”, sustentou o ministro. Segundo Paulo Renato, principalmente nas capitais, excluindo o Rio de Janeiro, e nas grandes cidades do Centro-Sul, a aplicação no ensino fundamental supera R\$ 300 porque esses municípios ainda não assimilaram a demanda de alunos.

“A partir da criação do fundo, o município precisa ter mais alunos para aumentar sua participação na arrecadação”, explicou o ministro.

O ministro refutou as críticas segundo as quais os municípios que hoje superam a expectativa de investimento no ensino fundamental reduzirão a qualidade oferecida. “Não estamos prejudicando quem faz um ensino de boa qualidade, pois esses aplicarão mais para manter o padrão”, sustentou Paulo Renato.

Votação — A criação do fundo depende de mais uma votação no plenário da Câmara e duas votações no Senado. O governo quer alterar a Constituição, que atualmente determina a aplicação por Estados e municípios de

suas receitas líquidas no ensino, sem detalhar os níveis. A proposta de emenda constitucional, aprovada nesta quarta-feira na Câmara, em primeiro turno, determina que 15% da receita líquida (dos Fundo de Participação dos Estados e Municípios, ICMS e Fundo de Exportação) sejam aplicados especificamente no ensino fundamental e 60% desse porcentual seja destinado à valorização do salário do professor.

As verbas arrecadadas pelo fundo serão repassadas automaticamente a Estados e municípios conforme o número de alunos. A expectativa é que o fundo assegure a vinculação de R\$ 12 bilhões anuais.

Orçamento — A participação do governo federal se restringirá a complementar deficiências orçamentárias de localidades que

não consigam atingir o mínimo de aplicação de R\$ 300 por aluno ao ano. A estimativa é de aplicação de R\$ 870 milhões de recursos federais e é certo que a maioria dos municípios do

Nordeste precisa-

rá de auxílio do Ministério da Educação.

Trabalhando com a expectativa de aprovação final da emenda em junho, Paulo Renato pedirá ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), que apresse a votação do projeto de lei regulamentando o fundo, até mesmo durante a possível convocação extraordinária da Casa em julho.

“Quero ver se tudo fica concluído até julho, porque os prefeitos precisam preparar seus orçamentos incluindo a expectativa de arrecadação do fundo”, explicou.

PAULO
RENATO VAI
PEDIR AJUDA A
SARNEY

PAULO
RENATO VAI
PEDIR AJUDA A
SARNEY